



Demonstrações financeiras

**Parnaíba Geração e
Comercialização de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2020
com relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras

Demonstrações financeiras

Balanço Patrimonial.....	3
Demonstrações dos Resultados.....	5
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	8
Notas explicativas às Demonstrações Financeiras.....	9

01 Contexto operacional _ 09

02 Licenças e autorizações _10

03 Apresentação das Demonstrações Financeiras _ 10

04 Resumo das principais práticas contábeis _ 11

05 Estimativas e julgamentos contábeis críticos _ 11

06 Caixa e equivalentes de caixa _ 12

07 Títulos e valores mobiliários _ 12

08 Contas a receber _12

09 Estoque _ 13

10 Impostos a recuperar e diferidos _ 13

11 Imobilizado _ 16

12 Intangível _ 17

13 Instrumentos financeiros derivativos _ 18

14 Fornecedores _ 18

15 Impostos a recolher _ 19

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos _ 19

17 Endividamento _ 23

18 Partes relacionadas _ 25

19 Provisão para contingências _ 26

20 Patrimônio Líquido _ 26

21 Receita de venda de bens e/ou serviços _ 28

22 Custos e Despesas por natureza _ 29

23 Resultado financeiro _ 29

24 Cobertura de seguros _ 30



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria(PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Valor recuperável dos impostos diferidos ativos

Conforme nota explicativa nº 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
A Companhia possui saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, relacionados à prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, os quais foram reconhecidos com base em estudos que contém projeções utilizadas para fundamentar a disponibilidade de lucros tributáveis futuros. As projeções de resultados futuros desses estudos incluem premissas relevantes, principalmente referentes ao volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital. Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função dos julgamentos complexos e do alto grau de subjetividade contido nas projeções elaboradas pela Companhia que, se fossem alteradas, poderiam resultar em valores substancialmente diferentes dos utilizados na elaboração dessas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, principalmente, os seguintes aspectos: Avaliamos o desenho dos controles internos chave relacionados ao processo de apuração dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. Obtivemos o entendimento do processo de preparação das projeções de lucros tributáveis futuros elaboradas pela Companhia, incluindo a avaliação da política de aprovação dos orçamentos e da determinação das premissas e projeções utilizadas pela Administração da Companhia. Avaliamos, as principais premissas utilizadas na preparação das projeções que suportam o valor dos lucros tributáveis futuros, como volumes de despacho e preços de venda de energia estimados, gastos para manutenção de equipamentos, gastos com insumos, assim como crescimento econômico projetado para o setor e investimentos de capital, avaliando a razoabilidade, a consistência e a aderência às práticas usuais de mercado para as metodologias e os julgamentos utilizados na determinação das projeções. Também avaliamos a análise de sensibilidade na projeção de receita e dos custos, comparando-os com o resultado esperado de lucro tributável futuro e recalculando o limite do valor a ser registrado como imposto diferido ativo da Companhia. Adicionalmente, realizamos a conferência aritmética dos valores apurados com base nos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as demonstrações financeiras e relatórios gerenciais elaborados pela Administração. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras sobre imposto de renda e contribuição social diferido ativo estão adequadas. Com base nos procedimentos e nas evidências obtidas na execução dos procedimentos acima resumidos, consideramos os valores contábeis de imposto de renda e contribuição social diferido ativo, bem como as divulgações relacionadas, como aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-0144/O-6 F-RJ


Luis Claudio França de Araújo
Contador CRC RJ-091559/O-4

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	57.599	402
Títulos e valores mobiliários	7	5.932	608
Contas a receber	8	239.312	-
Estoques	9	4.033	-
Despesas antecipadas		2.944	1.973
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10	13.903	256
Outros impostos a recuperar	10	4.994	611
Instrumentos financeiros derivativos	13	-	6.661
Adiantamentos diversos		16.984	747
Operações comerciais com partes relacionadas	18	874	-
Outros créditos		545	-
		347.120	11.258
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	-	48.338
Outros impostos a recuperar	10	75	75
Despesas antecipadas		6.181	-
Depósitos vinculados		160	-
Operações comerciais com partes relacionadas	18	20.448	11.607
Outros créditos		83	-
		26.947	60.020
Imobilizado	11	2.002.422	347.203
Intangível	12	93.038	-
		2.122.407	407.223
		2.469.527	418.481

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanço Patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	134.288	56.727
Debêntures	17	101.263	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	15	13.846	-
Outros impostos a recolher	15	7.101	518
Obrigações sociais e trabalhistas		2.793	1.900
Participações nos lucros		5.409	4.539
Instrumentos financeiros derivativos	13	2.391	-
Provisão de custo por indisponibilidade		7.296	-
Operações comerciais com partes relacionadas	18	76.105	2.030
Dividendos e juros s/capital próprio a pagar	20	34.875	-
Pesquisa e desenvolvimento - setor elétrico	20(d)	27.024	-
Outras obrigações		926	2
		413.317	65.716
Não circulante			
Fornecedores	14	7.830	-
Empréstimos e financiamentos	17	410.350	-
Debêntures	17	572.594	-
Operações comerciais com partes relacionadas	18	73.910	8.272
Provisão para contingências	19	192	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	10	19.521	-
Outras obrigações		394	7
		1.084.791	8.279
Total do Passivo		1.498.108	73.995
Patrimônio líquido	20		
Capital social		901.736	386.299
Reserva legal		4.283	-
Reserva de lucro		32.742	-
Reserva de incentivo fiscal		39.530	-
Outros resultados abrangentes		(6.872)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	52.018
Prejuízos acumulados		-	(93.831)
Total do patrimônio líquido		971.419	344.486
		2.469.527	418.481

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2020	2019
Receita de venda de bens e/ou serviços	21	916.016	16.850
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	22	(596.523)	(12.479)
Resultado bruto		319.493	4.371
Despesas/Receitas operacionais			
Gerais e administrativas	22	(7.079)	(10.722)
Outras receita e despesas operacionais	22	(21.701)	-
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos		290.713	(6.351)
Resultado financeiro	23		
Receitas financeiras		8.508	2.275
Despesas financeiras		(75.946)	(24.008)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		223.275	(28.084)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro			
Corrente	10	(13.680)	-
Diferido	10	(30.098)	48.338
Lucro líquido do exercício		179.497	20.254
Lucro líquido por ação		0,1990	0,0524

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	179.497	20.254
Outros resultados abrangentes a ser reclassificados para resultado do exercício em exercícios subsequentes		
Ajuste de avaliação patrimonial	(4.481)	-
Perdas com derivativos	(2.391)	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício	172.625	20.254

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital Social Integralizado	Reserva de lucros	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Adiantamento para futuro aumento de Capital	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro 2019	51	-	-	-	-	-	(114.085)	(114.034)
Aumento de capital	386.248	-	-	-	-	-	-	386.248
Adiantamento para Futuro de Aumento de Capital	-	-	-	-	52.018	-	-	52.018
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	20.254	20.254
Saldo em 31 de dezembro 2019	386.299	-	-	-	52.018	-	(93.831)	344.486
Saldo em 1º de janeiro 2020	386.299	-	-	-	52.018	-	(93.831)	344.486
Aumento de capital via incorporação Parnaíba I	395.691	-	-	-	-	-	-	395.691
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	67.728	-	-	67.728
Capitalização de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	119.746	-	-	-	(119.746)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	179.497	179.497
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	-	39.530	-	-	(37.728)	1.802
Reserva legal	-	-	4.283	-	-	-	(4.283)	-
Reserva de lucros	-	32.742	-	-	-	-	(32.742)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(10.913)	(10.913)
Outros resultados abrangentes:								
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(4.481)	-	(4.481)
Perdas com derivativos	-	-	-	-	-	(2.391)	-	(2.391)
Saldo em 31 de dezembro 2020	901.736	32.742	4.283	39.530	-	(6.872)	-	971.419

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	223.275	(28.084)
Ajustes para reconciliar o prejuízo ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	55.107	6
Rendimentos de Aplicações Financeiras - TVM	(5.089)	(177)
Baixa e imobilizado e intangível	16.186	-
Juros sobre debêntures	47.379	-
Variação cambial ativa e passiva	14.874	(200)
Atualização monetária contratual	13.733	-
Amortização de custo de captação	(1.892)	-
	363.573	(28.455)
(Aumento) redução nos ativos /Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Contas a receber	(44.441)	21.235
Impostos a recuperar	(24.375)	669
Estoque	184	-
Despesas Antecipadas	(14.094)	-
Impostos, taxas e contribuições	15.391	507
Fornecedores	19.231	39.470
Arrendamento	(255)	(141.753)
Operações comerciais com partes relacionadas	11.275	(5.731)
Provisões e encargos trabalhistas	1.599	6.439
Outros Ativos e Passivos	(507)	(1.524)
	327.581	(109.143)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas (consumidos nas) atividades operacionais	327.581	(109.143)
Fluxo caixa das atividades de investimentos		
Resgates de títulos e valores mobiliários	44.697	7.493
Aquisição de Imobilizado e intangível	(774.658)	(353.870)
	(729.961)	(346.377)
Caixa e equivalentes de caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(729.961)	(346.377)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	67.728	386.248
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	52.018
Captações de novos empréstimos	423.189	-
Amortizações do principal - financiamentos	(84.959)	-
Juros pagos	(49.070)	-
Depósitos vinculados	(41.311)	-
	315.577	438.266
Caixa e equivalentes de caixa líquido gerados pelas atividades de financiamentos	315.577	438.266
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(86.803)	(17.254)
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	402	17.656
Caixa e equivalentes de caixa da incorporação de Parnaíba I no início do exercício	144.000	-
No fim do exercício	57.599	402
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(86.803)	(17.254)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A. (a "Companhia" ou "PGC") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Santo Antônio dos Lopes, no Estado do Maranhão.

Foi constituída em 9º de maio de 2012 com o objetivo de desenvolver, construir e operar projetos de unidades de geração térmica a partir do gás natural e a comercialização de gás natural, bem como a participação no capital de outras sociedades simples ou empresariais, que possuam objeto social semelhante ao da Companhia.

Em 31 de agosto de 2018, a Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A sagrou-se vitoriosa no leilão de energia nova A-6 de 2018, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O empreendimento que atender a demanda do referido leilão é a usina termelétrica UTE Parnaíba V, com capacidade instalada de 385 MW e será instalada no Complexo Termelétrico Parnaíba, no estado do Maranhão. A UTE Parnaíba V contratou 326,4 MW médios, assegurando uma receita fixa anual de R\$ 272.377 (data-base: março/2018), pelo prazo de 25 anos, a partir de janeiro de 2024.

Em 1º de janeiro de 2020, a Companhia incorporou a Parnaíba I Geração de Energia S.A., titular das outorgas dos empreendimentos (usinas) UTE Maranhão IV e UTE Maranhão V

Essa reestruturação está em linha com o desenvolvimento estratégico da Companhia gerando uma melhor gestão dos contratos, controle de custos e despesas, simplificação da estrutura corporativa e aproveitamento de sinergias entre as empresas envolvidas, resultando na redução do número de empresas e custos relacionados a aspectos societários, tributários e regulatórios.

1.1 Eventos significativos de 2020

Pandemia de COVID-19 - Contexto, iniciativas e impactos

A pandemia alterou drasticamente o cenário global e criou enormes desafios em todos os aspectos da sociedade, principalmente com relação à segurança da economia.

A Companhia permanece atenta à evolução da pandemia, mantendo todas as medidas para preservar a saúde e a segurança de seus colaboradores e para apoiar as comunidades nas localidades onde atua. Como forma de contribuir para o combate ao vírus, a Companhia continua realizando ações de forma voluntária para auxiliar as famílias em situação de maior vulnerabilidade e os profissionais de saúde das localidades de atuação com foco em medidas preventivas tais como doações de kits de higiene pessoal, kits de limpeza, cestas básicas, aparelhos de ventilação pulmonar, medicamentos, cilindros de gás, concentradores de oxigênio para o sistema público de saúde e apoio para a instalação de hospital de campanha. Além destas ações, a Companhia mantém a prática de home office para algumas funções administrativas e não operacionais e aplicação de testes rápidos em seus colaboradores.

As receitas da Companhia decorrem, principalmente, de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado ("CCEAR"), com preços, volume e prazos definidos. Este ambiente é fortemente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes (compradores e vendedores). Portanto, a Companhia não identificou impacto relevante decorrente da pandemia em suas receitas operacionais até o presente momento. Também não foi identificada alteração na matriz de risco que impactasse a probabilidade de realização do seu recebível, conforme estabelecido no CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

2. Licenças e autorizações

Atualmente a Companhia segue com o cumprimento das condicionantes de sua Licença de Instalação (LI) nº 18/2016, mantendo a continuidade da construção do empreendimento UTE Parnaíba V. Em 2020 foi emitida a Licença de Operação (LO) nº 1149251/2020 referente à adutora que interliga o Complexo Termelétrico Parnaíba até o rio Mearim.

3. Base de elaboração e apresentações das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade e base de elaboração

As demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa nº 4 – “Resumo das principais práticas contábeis”.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 5 – “Estimativas e julgamentos contábeis críticos”.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Na preparação destas demonstrações financeiras, as mesmas políticas contábeis foram aplicadas nos exercícios apresentados.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 26 de março de 2021.

Declaração de continuidade

A administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. A administração entende que a estratégia comercial e administrativa na gestão dos custos e despesas, adotada nos últimos anos e que trouxeram a Companhia para resultados positivos, continuará a ser praticada. Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

A Companhia adotou sem impactos significativos, as alterações ao CPC 15/IFRS 3 sobre definição de um negócio, e as alterações ao CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7 sobre Reforma da Taxa de Juros de Referência a partir de 1º de janeiro de 2020. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020, mas não afetaram as demonstrações financeiras da Companhia.

A partir de 1º de janeiro de 2021, as normas “CPC 06 (R2) – Arrendamentos” e do “CPC 48 – Instrumentos Financeiros” foram alteradas conforme minuta de revisão de pronunciamentos técnicos nº 17, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia e não terão impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas pela Companhia de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo Eneva.

(a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são reavaliados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Contas a pagar a fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados de funcionários com base em metas corporativas estabelecidas atreladas ao plano de desenvolvimento e crescimento da Companhia. A participação nos resultados é composta por avaliação das metas de todos os colaboradores e diretoria. No entendimento da Administração, esse benefício vem sendo aprimorado com o passar dos anos para proporcionar um maior engajamento dos funcionários na melhoria dos resultados da Companhia.

As demais práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

5.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- (i) **Provisão para contingências** - Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas, administrativos e regulatórios, por meio da análise da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

5.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

- (i) **Nota explicativa “nº 11 Imobilizado”** - A Companhia avalia anualmente potenciais indicativos de perdas nos ativos, de acordo com a norma de contabilidade CPC 01 (R1). Caso a Companhia identifique indicativo de desvalorização dos ativos, deve ser realizado o teste com base nas Unidades Geradoras de Caixa (UGCs).
- (ii) **Nota explicativa nº “10 - Impostos a recuperar e diferidos”** - Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os adotados para fins de tributação e sobre prejuízos fiscais na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão compensados. Como evidência para o reconhecimento dos tributos diferidos, foi considerado a abordagem de fluxo de caixa operacional, com prazo que se inicia em 2021 e se estende até o ano de 2050 e o preço de venda são de acordo com as condições contratuais até o final da vida útil dos ativos que suportam o seu reconhecimento e a expectativa de realização dos impostos. A projeção dos lucros tributáveis futuros está alinhada com o plano estratégico da Companhia e o período estimado de realização dos impostos diferidos é de 2 anos.

Cabe destacar que todas as variações apresentadas a seguir foram impactadas pela incorporação da Parnaíba Geração de Energia S.A. (conforme descrito na nota explicativa nº 1 – “Contexto Operacional”).

6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo demonstrados na data do balanço a valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

	2020	2019
Caixa e bancos	38.120	3
Fundo de Investimento FICFI RF CP ENEVA (a)	1.120	399
CDB/Compromissadas (b)	18.359	-
	57.599	402

(a) Trata-se do Fundo de investimentos em Cotas de FI Multimercado Crédito Privado Eneva administrado pelo Banco Itaú. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo está composto somente por operações compromissadas, lastreadas por títulos públicos federais, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

(b) Representam valores investidos em CDBs e Compromissadas emitidos por instituições financeiras de primeira linha, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média no ano sobre o DI CETIP ("CDI") de 100%.

7. Títulos e valores mobiliários

	2020	2019
Letras Financeiras do Tesouro ("LFT's") (a)	5.932	608
	5.932	608

(a) LFTs são títulos pós-fixados cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento. Em 31 de dezembro de 2020, a carteira de LFTs da Companhia contém títulos cujos vencimentos ocorrerão entre 2021 e 2025.

8. Contas a receber

As contas a receber de clientes da Companhia corresponde aos valores faturados pela venda de energia elétrica no curso normal das suas atividades. Inicialmente o reconhecimento é pelo valor justo e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado, ajustado ao valor presente deduzido da perda de crédito esperada (PCE).

	2020	2019
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR)	153.620	-
Contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente livre (ACL)	85.692	-
	239.312	-

A variação entre os exercícios se deve a incorporação da Paranaíba I conforme mencionado na nota explicativa 01.

O mercado de energia é um ambiente altamente regulado, com mecanismos mitigatórios ao risco de inadimplência dos seus agentes. A segurança financeira do mercado está pautada no modelo de Câmara de compensação multilateral e centralizada.

As operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) são contabilizadas e liquidadas de forma multilateral, não havendo indicação de parte e contraparte. Esse modelo é benéfico para os agentes individualmente e para a estabilidade do mercado como um todo, minimizando a probabilidade de impactos negativos. Desta forma, todos os agentes são garantidores das operações a serem liquidadas.

Além disso existem outras formas de gerenciamento do risco, como cláusulas contratuais, carta fiança, seguro garantia e outros.

Não existem contas a receber em atraso e com expectativa de perda e, portanto, não possuímos registro de perda de créditos esperada.

9. Estoque

Os estoques da Companhia são essencialmente materiais ou insumos a serem consumidos no processo de geração de energia. Eles são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. A mensuração dos estoques inclui também qualquer redução ao valor realizável líquido desses ativos. O método de avaliação dos estoques de insumos é o da média ponderada móvel. Em 31 de dezembro de 2020, a companhia não identificou redução ao valor realizável líquido dos estoques.

	2020	2019
Materiais, suprimentos e outros	310	-
Peças eletrônicas e mecânicas (a)	3.447	-
Lubrificante e químicos	276	-
	4.033	-

a. O saldo é composto por peças eletrônicas e mecânicas para utilização e reposição nas operações e manutenções realizadas nas usinas.

A variação entre os exercícios se deve a incorporação da Paranaíba I conforme mencionado na nota explicativa 01.

10. Impostos a recuperar e diferidos

Impostos a recuperar

O saldo da conta de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) a recuperar está representado a seguir:

	2020	2019
Imposto de Renda	1.385	-
Contribuição Social	12.328	-
Imposto de renda retido na fonte	190	256
	13.903	256

Os demais impostos a recuperar estão compostos por:

	2020	2019
PIS	117	113
COFINS	720	490
ICMS	75	76
Imposto de importação	4.089	-
IPI	63	-
Outros (a)	5	7
	5.069	686
Circulante	4.994	611
Não circulante	75	75

a. CSRF – Contribuição Social Retida na fonte

As despesas de IRPJ e CSLL do período são reconhecidas na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

O encargo de IRPJ e a CSLL corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações dos tributos sobre o lucro com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos baseados nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor fiscal dos ativos e passivos, bem como sobre o saldo dos prejuízos fiscais acumulados.

Os tributos diferidos sobre o lucro são compensados quando existir um direito legalmente exequível sobre a mesma entidade tributável. Os ativos fiscais diferidos decorrentes de perdas fiscais e diferenças temporárias não são reconhecidos quando não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizadas.

Impostos diferidos

Abaixo a composição dos tributos diferidos por natureza:

				2020	
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	
Prejuízos fiscais	24.293	-	24.293	-	24.293
Provisões	-	4.993	4.993	-	4.993
Gastos pré-operacionais – RTT (a)	-	27.786	27.786	-	27.786
Depreciação Acelerada	-	-	-	(44.505)	(44.505)
Despesas com instalação de seu ativo na fase pré-operacional	-	-	-	(32.088)	(32.088)
	24.253	32.779	57.072	(76.593)	(19.521)

				2019	
	Ativo Diferido			Passivo Diferido	Líquido
	Prejuízo Fiscal/ Base Negativa	Diferenças temporárias	Total	Diferenças temporárias	
Prejuízos fiscais	46.636	-	46.636	-	46.636
Provisões	-	1.702	1.702	-	1.702
	46.636	1.702	48.338	-	48.338

(a) Constituídos sobre saldo de gastos pré-operacionais que, por conta do Regime Tributário de Transição, passaram a ser controlados na Parte B do Lalur e consequentemente, estão sendo excluídas para fins de determinação do lucro real, desde o início das operações, em quotas fixas mensais.

Com base na estimativa de geração de lucros tributáveis futuros, segue abaixo demonstrativo da projeção para os próximos anos iniciando por 2021:

	2021	2022	Total
Expectativa de realização anual dos impostos diferidos	26.314	30.758	57.072

Reconciliação da taxa efetiva

Em 31 de dezembro de 2020, os tributos calculados sobre o lucro líquido compreendem o IRPJ (alíquota de 15% e adicional de 10%) e a CSLL (alíquota de 9%). A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social é demonstrada como segue:

	2020	2019
Resultado do exercício antes do IRPJ/CSLL	223.275	(28.084)
Alíquota nominal - %	34%	34%
IRPJ/CSLL à alíquota nominal	(75.914)	9.549
Ativo Fiscal Não Constituído	120	-
Redução Benefício SUDENE e PAT	38.332	-
Constituição do Diferido	-	38.747
Outras diferenças permanentes	(6.316)	42
Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos	(43.778)	48.338
Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes	(13.680)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(30.098)	48.338
Total	(43.778)	48.338
Alíquota efetiva	(19,61%)	-

11. Imobilizado

2020

	Terrenos	Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	Máquinas e Equipamentos	Equipamento de Informática	Veículos	Móveis e Utensílios	Imobilizado em Curso	Direito de Uso	Total
Custo									
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	58	-	7	347.144	-	347.209
Adições	-	-	4	270	-	111	462.844	-	463.229
Incorporação PI	3.313	554.005	535.887	2.554	942	3.803	90.715	979	1.192.198
Adições IFRS 16	-	-	-	-	-	-	-	45	45
Baixas	-	(815)	(22.591)	(41)	(82)	-	-	-	(23.529)
Custo de Transação	-	-	-	-	-	-	15.475	-	15.475
Adiantamento Fornecedor	-	-	-	-	-	-	313.225	-	313.225
Transferências	-	14.813	68.696	962	-	232	(84.703)	-	-
Saldo em 31/12/2020	3.313	568.003	581.996	3.803	860	4.153	1.144.700	1.024	2.307.852
Depreciação									
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Adições	-	(18.703)	(23.903)	(436)	(136)	(247)	-	(220)	(43.645)
Incorporação PI	-	(109.938)	(155.574)	(1.232)	(731)	(1.398)	-	(249)	(269.122)
Baixas	-	166	7.060	11	106	-	-	-	7.343
Saldo em 31/12/2020	-	(128.475)	(172.417)	(1.663)	(761)	(1.645)	-	(469)	(305.430)
Valor Contábil									
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	52	-	7	347.144	-	347.203
Saldo em 31/12/2020	3.313	439.528	409.579	2.140	99	2.508	1.144.700	555	2.002.422

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e eventuais perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos obtidos para a construção de ativos qualificáveis.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com esses gastos sejam auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

Itens de Imobilizado	Range de depreciação
Edificações e benfeitorias	25 a 50 anos
Equipamentos de informática	6 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 40 anos
Móveis e Utensílios	16 anos
Veículos	7 anos
Direitos de uso	1 a 28 anos

Avaliação de Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Segundo o pronunciamento técnico CPC 01 (IAS 36) - Redução ao valor recuperável de ativos, a entidade deve avaliar a cada período de divulgação, se existem indicações de uma possível desvalorização no valor do ativo (imobilizado e intangível).

Se houver alguma evidência, deve-se calcular o seu valor recuperável, este que é determinado pela maior importância monetária entre o valor líquido de venda e seu valor em uso.

A Companhia avaliou que não foi necessário a realização do teste de recuperabilidade pois não foram identificados indicativos de perda.

12. Intangível

Prática contábil

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos ativos a partir da data em que esses estão disponíveis para uso. Esse método é o que melhor refletem o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados nos diferentes ativos.

Composição

	Range de Amortização	31.12.2020			31.12.2019		
		Custo	Amortização	Valor Líquido	Custo	Amortização	Valor Líquido
Licenças e Software de Informática	5 anos	2.146	(1.808)	338	-	-	-
Direito de uso	15 a 33 anos	183.468	(90.768)	92.700	-	-	-
Total	-	185.614	(92.576)	93.038	-	-	-

Mutação

				2020
	Licenças e Software de Informática	Direito de Uso	Intangível em curso	Total
Tx Amortização % a.a.	20			
Custo				
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-
Adições	299	-	-	299
Baixas	-	-	(34)	(34)
Incorporação PI	1.847	183.468	34	185.349
Saldo em 31/12/2020	2.146	183.468	-	185.614
Amortização				
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-
Adições	(50)	(12.225)	-	(12.275)
Incorporação PI	(1.758)	(78.543)	-	(80.301)
Saldo em 31/12/2020	(1.808)	(90.768)	-	(92.576)
Valor Contábil				
Saldo em 31/12/2019	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2020	338	92.700	-	93.038

13. Instrumentos financeiros derivativos

	2020	2019
Contratos de câmbio a termo (hedge de fluxo de caixa - ganho)	-	6.661
Parcela no ativo circulante	-	6.661
	2020	2019
Contratos de câmbio a termo (hedge de fluxo de caixa - perda)	2.391	-
Parcela no passivo circulante	2.391	-

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos.

Contratos de câmbio a termo

Os valores de referência (nocial) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2020, totalizam R\$ 87.101.

As transações previstas altamente prováveis, protegidas por hedge, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses. Os derivativos têm a finalidade de mitigar a exposição cambial decorrente de investimentos em moeda estrangeira previstos para a construção da Usina Termoelétrica Parnaíba V. Por isso, ganhos e perdas são reconhecidos no imobilizado durante a sua fase de construção.

As operações cambiais a termo são denominadas na mesma moeda que as transações previstas altamente prováveis e, portanto, a razão do hedge é de 1:1. Considerando as mudanças no valor à vista descontado dos instrumentos de hedge em aberto desde 1º de janeiro e no valor do item protegido usado para determinar a eficácia do hedge, a taxa média ponderada protegida no ano foi R\$ 4,9734 : US\$ 1.

Em 31 de dezembro de 2020, os montantes líquidos apurados de *Market to Market* ("MtM") para estes instrumentos derivativos foram perdas de R\$ 2.391. Estas perdas foram integralmente registradas no Patrimônio Líquido (*hedge accounting*).

14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas no balanço conforme prazo de vencimento (circulante e não circulante). Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

	2020	2019
Fornecedores (a)	142.118	56.727
	142.118	56.727
Circulante	134.288	56.727
Não Circulante	7.830	-

(a) O saldo em 2020 e 2019 refere-se, basicamente, às obras de construção da usina termelétrica de Parnaíba V, tendo como fornecedor principal a Techint Engenharia e Construção S.A., contratada na modalidade de EPC.

15. Impostos a recolher

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher é composto por:

	2020	2019
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	46	-
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	13.800	-
	13.846	-

A Companhia é tributada com base no regime de Lucro Real efetuando as antecipações mensais de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, nos termos da legislação vigente.

A seguir apresentamos os saldos dos demais impostos e contribuições a recolher:

	2020	2019
ICMS	1.056	249
PIS, COFINS e IOF	5.233	-
Outros	812	269
	7.101	518

16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativo e passivo financeiro

Um ativo e um passivo financeiro são reconhecidos quando uma entidade se tornar parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos e passivos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando ativos e passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros

efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados subsequentemente ao valor justo por meio do resultado.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, sendo essa determinação prevista na política de aplicações financeiras vigente.

Os valores justos são determinados com base nos preços de mercado, quando disponíveis, ou na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa futuros esperados. Segue abaixo a característica de cada classificação:

- i. Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- ii. Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- iii. Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados em base recorrente está demonstrada a seguir:

- i. Nível I: são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- ii. Nível II: são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- iii. Nível III: são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A descrição dos saldos contábeis consolidados dos instrumentos financeiros inclusos nos balanços patrimoniais, bem como a classificação da hierarquia de valor justo, está apresentada a seguir:

	Nível	2020	2019
Ativos			
Custo Amortizado		315.736	12.009
Caixa e Equivalente de Caixa		57.599	402
Contas a receber	Nível II	236.655	-
Operações comerciais com partes relacionadas		21.322	11.607
Valor justo por meio do resultado		3.541	7.269
Non-Deliverable Forwards NDF	Nível II	(2.391)	6.661
Títulos e valores mobiliários	Nível II	5.932	608
Passivos			
Custo amortizado		1.452.789	67.029
Fornecedores		142.118	56.727
Operações comerciais com partes relacionadas		150.015	10.302
Empréstimos e financiamentos		428.220	-
Debêntures		732.436	-

Risco de mercado

Risco relacionado aos juros flutuantes

A Companhia tem seu passivo indexado ao mercado flutuante de juros no segmento dos depósitos interbancários (DI), no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

	Cenário Provável	Cenário I - Alta de 25%	Cenário II - Alta de 50%
Risco de Cash Flow:			
Passivo Indexado a TJLP	-	-	-
Passivo Indexado ao CDI	22.634	25.589	28.531
Passivo Indexado ao IPCA	30.245	32.531	34.809
Despesa Financeira Esperada	52.879	58.120	63.340
Aumento da Despesa Financeira	-	5.242	10.461

Metodologia: deslocamento paralelo para cima das curvas de juros em 25% e 50%.

CDI Médio 12M: 6,55% (Fonte: Projeção de Mercado)

TJLP 12M: 7,03% (Fonte: Conselho Monetário Nacional)

IPCA 12M: 4,01% (Fonte: Boletim fiscais)

Risco cambial

A Companhia não possui exposição cambial relevante relacionada ao seu passivo financeiro oriundo de operações em moeda estrangeira.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Esse fator de risco pode ser oriundo de operações comerciais e da gestão de caixa.

Para mitigar os riscos, a Companhia adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto.

A Companhia possui uma política de aplicações financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de rating como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

	2020	2019
Posições do risco de crédito		
Caixa e equivalente de caixa	57.599	402
Títulos e valores mobiliários	5.932	608
Contas a receber de clientes	239.312	-
Derivativos	-	6.661
	302.843	7.671

17. Endividamento

Credor	Moeda	Taxas de juros	Venc.	2020				2019			
				Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Empréstimos e financiamentos											
BNB	R\$	IPCA + 1,9388%	15/07/2036	(7.260)	422.569	13.576	428.884	-	-	-	-
				(7.260)	422.569	13.576	428.884	-	-	-	-
Depósitos Vinculados				-	(18.534)	-	(18.534)	-	-	-	-
				(7.260)	404.035	13.576	410.350	-	-	-	-
Circulante				-	-	-	-				-
Não circulante				(7.260)	404.035	13.576	410.350	-	-	-	-

Credor	Moeda	Taxas de juros	Venc	2020				2019			
				Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total	Custo de captação a apropriar	Principal	Juros	Total
Debêntures											
1ª Emissão - 1ª Série	R\$	IPCA + 7,2227%	15/11/2025	(5.246)	305.686	2.719	303.159	-	-	-	-
1ª Emissão - 2ª Série	R\$	CDI + 2,50%	15/11/2025	(9.090)	435.290	2.412	428.613	-	-	-	-
				(14.336)	740.976	5.131	731.772	-	-	-	-
Depósitos Vinculados				-	(57.914)	-	(57.914)	-	-	-	-
				(14.336)	683.062	5.131	673.857	-	-	-	-
Circulante				(5.104)	101.237	5.131	101.263				-
Não circulante				(9.231)	581.825	-	572.594	-	-	-	-

Abaixo a movimentação dos empréstimos, fluxo de caixa dos financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-	-
(+) Incorporação	-	764.105
(+) Novas captações	423.189	-
(+) Juros incorridos	13.035	47.379
(-) Pagamento de principal	-	(84.959)
(-) Pagamento de juros	-	(49.070)
(+/-) Custo de captação	(7.260)	6.034
(+/-) Atualização monetária contratual	(80)	13.145
(+) Depósitos vinculados	(18.534)	(22.777)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	410.350	673.857

As parcelas dos empréstimos, financiamentos e debêntures classificadas no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020 tem o seguinte cronograma de pagamento:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
Ano de vencimento		
2022	-	125.944
2023	-	145.276
2024	20.980	167.881
2025	24.586	191.407
2026 até último vencimento	383.318	-
	428.885	630.508
Depósitos vinculados	(18.534)	(57.914)
	410.350	572.594

Prática contábil

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia avaliou que a melhor divulgação dos juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures é através dos fluxos de caixa de financiamentos, pois o custo desses passivos financeiros está intrinsecamente ligado à obtenção de recursos para a construção do parque gerador e produtor de gás da Companhia.

Depósitos vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures

A Companhia avalia se seus depósitos vinculados aos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures atendem aos seguintes critérios:

- não estão condicionados a eventos futuros; e
- são legalmente executáveis, no curso normal dos negócios, no caso de inadimplência e no caso de insolvência ou falência

Por isso, apresenta o saldo desta rubrica líquida dos empréstimos, financiamentos e debêntures a eles relacionados, assim como apresenta os depósitos vinculados dentro do fluxo de caixa de financiamentos na demonstração do fluxo de caixa.

Covenants financeiros e não financeiros

Os contratos de financiamentos e debêntures das Companhia possuem cláusulas com *covenants* não financeiros, usuais no mercado e resumidos a seguir, as quais são monitoradas regularmente pela tesouraria e reportadas periodicamente para a Administração, para garantir que o contrato seja cumprido:

- (i) Obrigação de apresentar aos credores demonstrações financeiras periodicamente;
- (ii) Direito dos credores de executar inspeções e visitas nas instalações;
- (iii) Obrigação de manter atualizadas as obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas;
- (iv) Obrigação de manter em vigor contratos materialmente relevantes para as suas operações;
- (v) Respeitar a legislação ambiental e manter em vigor as licenças necessárias para as suas operações;
- (vi) Restrições contratuais quanto a operações com partes relacionadas e alienações de ativos fora do curso normal de negócios;
- (vii) Restrições quanto à mudança de controle, reestruturações societárias, exceto as ocorridas dentro do grupo econômico, e alteração material no objeto social e nos atos constitutivos dos devedores.

Os contratos de financiamentos e emissões de debêntures contêm cláusulas específicas de *covenants* financeiros, as quais se encontram atendidas.

Empresa	Descrição dos Covenants Financeiros	Posição em 31/12/2020	Posição em 31/12/2019
PGC	Dívida líquida de no máximo 6 vezes o EBITDA Comprometimento da capacidade de pagamentos menor que 70% Índice de cobertura do serviço da dívida igual ou maior de 1,20	Atendido	Atendido
Parnaíba I	Dívida líquida de no máximo 6 vezes o EBITDA	Não aplicável (a)	Atendido

(a) *Covenant* não é mais aplicável em 31 de dezembro de 2020 devido a incorporação da Parnaíba I pela PGC.

18. Partes relacionadas

Prática contábil

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de mútuo são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

A Companhia é administrada pela Diretoria Executiva de acordo com as atribuições e poderes conferidos em Estatuto Social.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de ativos, passivos e efeitos em resultado de transações com partes relacionadas estão representados da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado
	2020	2019	2020	2019	2019
Operações comerciais					
Eneva S.A.	(464)	-	134.186	10.302	472.329
Eneva Comercialização de Energia	874	-	4.986	-	(20.830)
Eneva Participações S.A.	-	-	128	-	-
Pecém II Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	16
Itaqui Geração de Energia S.A.	109	-	125	-	14.994
Parnaíba II Geração de Energia S.A.	20.803	11.607	10.590	-	947
Azulão Geração de Energia S.A.	-	-	-	-	1
	21.322	11.607	150.015	10.302	467.457
					(13.170)

Remuneração dos membros da Diretoria

De acordo com a Lei nº 6.404/1976 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores, cabendo ao Conselho de Administração da Controladora efetuar a distribuição da verba entre os mesmos.

Durante os exercícios de 2020 e 2019 a administração da Companhia foram realizadas diretamente pela Controladora. Assim sendo, não foram incorridos gastos com remuneração desses administradores pela Companhia.

19. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos.

Prática contábil

A Companhia constitui uma provisão quando há obrigação presente, originada de eventos passados e que haverá provável desembolso de caixa para seu encerramento. O saldo da provisão para contingências no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 é apresentado abaixo:

	2019				2020
	Saldo acumulado	Adições	Reversão	Atualização	Saldo acumulado
Fiscal	-	40	-	-	40
Trabalhista	-	152	-	-	152
Total das Provisões	-	192	-	-	192

Contingências com risco possível (não provisionado)

A Companhia possui causas de natureza ambiental, cível, trabalhista, tributária e regulatória que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e assessores jurídicos como possível. As contingências possíveis passivas estão assim representadas:

	2020	2019
Tributária	35	-
Trabalhista	3.945	-
Ambiental	18.532	-
Cível	17	-
Regulatório	12.710	-
	35.239	-

20. Patrimônio Líquido

20.1 Capital Social

O capital social da Parnaíba Geração e Comercialização de Energia S.A., em 31 de dezembro de 2020 e 2019, corresponde a R\$ 901.736 e R\$386.299, respectivamente.

Em novembro de 2019 foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$386.248, sendo subscritas 386.247.714 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação. A integralização se deu através da capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital feitos pelos acionistas.

Em janeiro de 2020 foi aprovada a incorporação da totalidade do patrimônio líquido da Parnaíba I, a valor contábil, no valor de R\$395.691, sendo subscritas 395.691.591 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação. A integralização se deu através da capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital feitos pelos acionistas.

Em março de 2020 foi aprovada o aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 119.746, sendo subscritas 119.745.285 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1 (um real) por ação. A integralização se deu através da capitalização dos adiantamentos para futuro aumento de capital feitos pelos acionistas.

Abaixo o quadro societário da Companhia após o aumento de capital:

	2020		2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionista				
Eneva Participações S.A.	631.214.914	70,00%	270.409.100	70,00%
Eneva S.A	270.520.677	30,00%	115.889.614	30,00%
Total	901.735.591	100,00%	386.298.714	100,00%

A Companhia possuía adiantamentos para futuro aumento de capital constituídos em 2020 no valor de R\$119.746 que tinham por finalidade atender à necessidade de caixa, principalmente, no financiamento das obras de construção da usina de Parnaíba V e que foram capitalizados conforme demonstrado na Demonstração da mutação do patrimônio líquido.

20.2 Dividendos

O estatuto da Companhia é omissivo quanto ao valor a ser pago. Desta forma, a Companhia deverá observar as disposições do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, que determina quando o estatuto for omissivo e a Assembleia Geral deliberar alterá-lo para introduzir norma sobre a matéria, o dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 50% do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I deste artigo.

20.3 Reserva Legal

De acordo com a Lei 6.404/76 art. 193, 5% do lucro líquido do exercício deve ser destinado para constituição da reserva legal, que não poderá exceder 20% do capital social e/ou 30% da reserva legal constituída mais a reserva de capital. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da reserva legal era de R\$ 4.283.

20.4 Reserva de lucro

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente do lucro do exercício com base na proposta da administração, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios da Companhia, conforme orçamento de capital a ser aprovado pelo conselho de administração e submetido à Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da reserva legal era de R\$ 32.742.

20.5 Reserva de incentivos fiscais

A Companhia obteve junto a Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) o direito ao benefício fiscal referente a redução de 75% do imposto de renda até o ano calendário de 2023, calculado com base no lucro de exploração. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo dessa reserva era de R\$ 39.530.

21. Receita de venda de bens e/ou serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita apresentada é a líquida dos tributos sobre vendas, devoluções, abatimentos e descontos. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é alcançada, ou seja, quando o controle sobre o produto for transferido para o cliente.

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do exercício assim se apresenta:

	2020	2019
Receita bruta		
Disponibilidade (ACR) (a)	621.034	-
Venda de energia (ACR) (b)	275.745	-
Venda de energia (ACL) (c)	121.315	18.568
	1.018.094	18.568
Deduções da receita		
Impostos sobre vendas	(94.174)	(1.718)
P&D (d)	(9.160)	-
Penalidades por indisponibilidade (e)	1.256	-
	(102.078)	(1.718)
Total da receita líquida	916.016	16.850

Ambiente de Contratação Regulada (ACR)

As receitas decorrem de contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR), celebrado entre o agente vendedor e o agente de distribuição, em decorrência dos leilões de energia elétrica. Os CCEARs são especificados por meio dos editais publicados para cada leilão contendo cláusulas e condições fixas e variáveis, que não são passíveis de alteração pelos agentes.

Esse tipo de contrato tem como objetivo, minimizar o risco hidrológico, visando um menor custo para o sistema de energia. Os custos decorrentes dos riscos hidrológicos serão assumidos pelos agentes compradores (distribuidoras), e eventuais exposições financeiras no Mercado de Curto Prazo, positivas ou negativas, serão assumidas pelas distribuidoras, com repasse ao consumidor final, conforme mecanismo definido pela Aneel.

(a) Disponibilidade ACR (Receita fixa)

Essa modalidade de receita tem por objeto remunerar o empreendimento de geração mantido a disposição do Sistema Nacional Integrado (SIN) para entrar em operação sempre que solicitado pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS").

(b) Venda de energia ACR (receita Variável)

Além da receita por disponibilidade, como comentado acima, os CCEARs possuem receitas variáveis, cujo valor é definido mensalmente no momento do reconhecimento, de acordo com a demanda requerida pelo ONS. A receita pela venda de energia elétrica é reconhecida por medição equivalente ao volume de energia transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar a energia entregue, mas ainda não considerada pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos

(c) Venda de energia ACL

Na operação de contratação em ambiente livre a Companhia tem o direito de reconhecer a receita de venda de energia pelo valor do MWh. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica tanto no mercado regulado como também no mercado livre.

Deduções da receita

(d) Pesquisa e desenvolvimento (P&D)

As empresas reguladas pela ANEEL, têm a obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e por isso, devem aplicar anualmente o percentual de 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida - ROL para elaboração e execução de projetos de P&D do setor elétrico.

(e) Penalidades por indisponibilidades

Essa penalidade vise punir as usinas termelétricas que não atenderam as instruções de despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) por falta de combustível. O cálculo é realizado mensalmente, adotando uma disponibilidade mínima como gatilho e utilizando o CVU (Custo Variável Unitário) da usina como base para o cálculo da multa. Ou seja, essa penalidade está vinculada diretamente ao comprometimento de energia garantida no contrato de CCEAR (modalidade de receita por disponibilidade). A previsão regulatória desta penalidade está na resolução normativa ANEEL nº 827/2019.

22. Custos e Despesas por natureza

A variação dos saldos é decorrente da incorporação da Parnaíba I Geração de Energia S.A. em 1º de janeiro de 2020 e a composição dos custos de geração de energia e das despesas operacionais da Companhia é demonstrada como segue:

	2020	2019
Custo		
Custos regulatórios	(35.826)	(3.666)
Depreciação e amortização	(54.881)	-
Despesas com aluguéis	(248.861)	(52)
Despesas com pessoal	(14.379)	(97)
Energia elétrica para revenda	(14.082)	(421)
Insumos de geração	(206.358)	(7.462)
Serviços de terceiros	(13.241)	-
Outras	(8.895)	(781)
	(596.523)	(12.479)
Despesas administrativas e gerais		
Despesas com pessoal	(615)	(6.214)
Serviços de terceiros	(6.784)	(3.877)
Depreciação e amortização	(226)	(6)
Outras	546	(625)
	(7.079)	(10.722)
Outras receitas e despesas		
Perda na alienação de bens	(16.871)	-
Outras receitas (despesas)	(4.830)	-
	(21.701)	-
	(625.303)	(23.201)

A variação dos saldos é decorrente da incorporação da Parnaíba I Geração de Energia S.A. em 1º de janeiro de 2020, conforme nota explicativa nº 01.

23. Resultado financeiro

A variação dos saldos é decorrente da incorporação da Parnaíba I Geração de Energia S.A. em 1º de janeiro de 2020 e composição do resultado financeiro da Companhia é demonstrada como segue:

	2020	2019
Despesas financeiras		
Multa e juros pagos ou incorridos	(3.400)	(144)
Amortização custo de transação de empréstimos	(6.080)	-
Juros de passivos de arrendamento	(73)	-
Juros de debêntures	(47.379)	-
Variação cambial e monetária	(16.627)	(1.009)
Atualização Contrato Arrendamento	-	(22.213)
Outros	(2.387)	(642)
	(75.946)	(24.008)
Receitas financeiras		
Aplicação financeira	6.058	293
Multas e juros recebidos ou auferidos	355	46
Variação cambial e monetária	1.753	1.914
Descontos obtidos	1	-
Outros	341	22
	8.508	2.275
Resultado Financeiro	(67.438)	(21.733)

24. Cobertura de Seguros

A Companhia, considerando a natureza de sua atividade, adota a política de contratar cobertura de seguros de acordo com as melhores práticas de mercado e com limites considerados pela Administração como adequados para cobrir eventuais sinistros. A seguir, demonstramos os principais ativos ou interesses cobertos e seus respectivos montantes, vigentes em 31 de dezembro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as coberturas de seguros eram:

Nota 1: Os seguros de Risco Operacional e Responsabilidade Civil são contratados pela Eneva S.A. e se estende à todas as SPE's. Sendo assim, o limite máximo de indenização é para todas as empresas, e não somente para PGC.

	31/12/2020	31/12/2019
		Valores expressos em R\$ e US\$ mil
Riscos Operacionais	USD 500.000	USD 500.000
Responsabilidade civil	BRL 435.000	BRL 435.000
Construção/Projeto	BRL 1.888.473	BRL 1.888.473

Abaixo as principais apólices em vigor:

31/12/2020

Seguradora	Modalidade	Valor em Risco	Limite Máximo Indenizável	Vigência	Prêmio
Chubb	Riscos Operacionais	USD 677.046	USD 500.000	01/02/2020 a 01/08/2021	USD 1.354
	Responsabilidade Civil		BRL 435.000		
AIG	Responsabilidade Civil (D&O)	-	BRL 200.000	28/02/2020 a 28/08/2021	BRL 155
Sompo	Responsabilidade Civil Geral	-	BRL 135.000	01/08/2019 a 01/02/2021	BRL 101
AXA	Responsabilidade Civil Obras - Parnaíba V		BRL 100.000	10/07/2019 a 15/09/2021	BRL 1.023
	Construção/Projeto	BRL 1.888.473	BRL 1.888.473		
AXA	Risco de Engenharia - Parnaíba V	BRL 1.888.473	BRL 1.888.473	04/07/2019 a 15/09/2023	BRL 5.815

Diretoria

Lino Caçado

Diretor

Marcelo Habibe

Diretor

Controladoria

Ana Paula Alves do Nascimento

CRC-RJ 086983/O-0

Controller

Bruno Campelo de Azevedo

CRC-RJ 106648/O-9

Contador